

PREFÁCIO

ESCREVI ESTE LIVRO a partir da minha prática como psicanalista. Depois de trinta anos recebendo crianças e pais em meu consultório e ministrando uma série de seminários sobre o tema, reuni neste texto algumas reflexões suscitadas por essa experiência. Os analistas que assistiram aos seminários me estimularam a expor por escrito as ideias que foram se desenvolvendo ao longo de todos esses anos. Escrevi, portanto, pensando naqueles que pretendem fazer formação como analista de crianças. Refiro-me aos que decidem receber em seus consultórios pacientes que não vêm por si mesmos, não apresentam “as condições necessárias à psicanálise” mencionadas por Freud, nunca ouviram falar de psicanálise, nem um adulto jamais lhes falou dessa prática.

Chegam com seu sofrimento porque são trazidos ou desviados de um determinado meio social para outro, não costumam falar, como fazem os adultos, no mais das vezes brincam ou ficam em silêncio, às vezes não querem vir ou nos fazem perguntas de foro íntimo. Os adultos que os acompanham ou que os enviam também perguntam, demandam respostas e indicações, protestam e, às vezes, se queixam dessas crianças que não respondem.

Desde o início as crianças apresentaram um viés problemático para o analista, pois a abordagem delas demonstrou exceder o marco teórico original para o qual a psicanálise fora criada.

No entanto, os problemas que esse panorama aponta devem ser considerados intrínsecos à psicanálise de crianças ou um convite a reinterrogar os próprios conceitos nos quais se inscreve a sua prática?

A meu ver, a oposição que tem sido sustentada em nosso meio entre analisabilidade da criança, seu pleno direito à análise – tal

como é oferecida a um adulto –, e a afirmação oposta, baseada na insuficiência psíquica para trabalhar a partir dessa disciplina, resultou inoperante.

A criança não pode ser abordada da mesma maneira que o adulto, mas não exige, por isso, uma especialidade. Em compensação, sua atenção supõe uma especificidade que, assentada no reconhecimento dos diferentes tempos do sujeito, guiará operações diversas na prática analítica.

Alimentada pelos textos de Freud e seus seguidores, impregnada pela polêmica entre as letras de Melanie Klein e Anna Freud, seguidora atenta das elucubrações de Winnicott e dos aportes de Françoise Dolto e Maud Mannoni, pude encontrar na formalização que Lacan faz do sujeito da estrutura uma via para dirimir alguns problemas da prática com crianças, acentuando uma lógica que sublinha o fator temporal.

Minha proposta é abordar neste livro as especificidades do ato analítico à luz de cada um desses tempos, pois sua fina delimitação deve orientar a condução do tratamento. No meu entender, o uso dessa bússola torna prescindível o apelo a uma técnica especial para atender a criança. Jogos, brinquedos, desenhos e também o lugar dos pais respondem a razões de estrutura, cuja localização redundará em benefício na hora de decidir as intervenções do analista.

Ao tratar do lugar dos pais, tento abordar um dos traços específicos da análise de uma criança, contemplando o fato evidente da sua presença em cada uma das consultas.

Em uma ocasião, um paciente me contou que alguém lhe tinha perguntado como ele havia se capacitado para seu ofício. Ele respondeu que tudo o que sabia fazer tinha aprendido trabalhando com outras pessoas. “Vendo o que faziam?”, continuou o interlocutor. “Isso mesmo, olhando, mas fundamentalmente perguntando” foi a resposta. Do mesmo modo, as perguntas constituem

o verdadeiro estímulo deste livro. Tanto as perguntas dos outros, das quais me apropriei, quanto aquelas que fiz a mim mesma. Seguindo esse percurso, também fui encontrando algumas respostas.

Pois bem: onde as encontrei? Qual foi a sua fonte?

Encontrei respostas em Freud e Lacan, em outros psicanalistas – alguns que trabalham com crianças, outros que atendem adultos –, assim como nas sessões com meus pacientes crianças, adolescentes e adultos e nas entrevistas com seus pais. Agradeço a cada um deles e também aos analistas que generosamente publicaram os relatos de sua prática, junto com as formulações teóricas, permitindo que eu delimitasse coincidências e diferenças.

Por último, mas em primeiro lugar, quero agradecer a Marita Cabarro de Gottheil, da editora Paidós, pela acolhida que deu à minha proposta, oferecendo-me a oportunidade de editar este livro. Meu sincero agradecimento também a Moira Irigoyen, por sua leitura atenta, a minhas colaboradoras na digitação do material, Johanna Soler e Karina Dell’Isola, por seu compromisso com a tarefa, e a meus queridos mestres em psicanálise, Isidoro Vegh e Fernando Ulloa.

1. A CRIANÇA EM ANÁLISE

UMA CRIANÇA CHEGA ao consultório de um analista pelas ressonâncias que gera num adulto. É forçoso, portanto – e este não é um dado menor –, dar lugar e importância aos acordes singulares que uma criança desperta naquele que nos procura. Segundo pude comprovar, alguns analistas de crianças desconsideram esse índice presente em todo começo. Com isso, lamentavelmente, deixam escapar a relevância posterior de sua incidência na abordagem da criança. Quando consideramos, ao contrário, as diversas significações que uma criança recria no psiquismo de um adulto encontramos, com não pequena surpresa, a localização condensada que uma criança acaba ocupando em qualquer ser humano. Na maioria dos casos e não por razões casuais, mas de estrutura, quem busca a consulta para uma criança são os pais. Em tal situação – e, embora pareça óbvio, nem sempre é –, a criança que eles nos trazem é um filho.

A complexidade do tema que nos ocupa não pode se concluir sem que se interroguem as variáveis que intervêm na questão, ainda mais quando a decisão de dar ou não lugar aos pais na análise da criança está no centro de uma polêmica de nossa atualidade. Uma polêmica que, sendo da atualidade, não é, porém, apenas atual; ela revela um problema que se situa no início mesmo da psicanálise de crianças. O marco teórico da psicanálise, ao ser traçado para pacientes adultos, permeou de obstáculos e contradições a própria origem da análise das crianças.

Por outro lado, embora seja claro que a análise de crianças tem uma mãe *certa* – na realidade, mais de uma, já que Melanie Klein e Anna Freud disputaram a criança como aquelas mães

da Antiguidade bíblica –, aconteceu que o *pater incertus est*. Se este lugar implica a fé, ou pelo menos a confiança na palavra, ou melhor, no nome, Freud nunca disse que era o pai da psicanálise de crianças. Ao contrário, declarou com grande satisfação que deixava a criança para sua filha. E não é necessário repeti-lo, pois sabemos bem quanto suas teorias desaconselham que um pai faça precisamente isto: dar uma criança à filha. Pois bem, embora seja um tema colateral, lembremos que tal desatino teve consequências para Anna Freud.

Longe, portanto, de esboçar condições alentadoras para a abordagem das crianças, o pai da psicanálise levantou problemas e reparos quando se tratava de atender aqueles que não se ajustavam ao marco conceitual explícito. Deixou, assim, grandes incertezas na hora de direcionar o tratamento, não apenas de crianças, mas também de pacientes psicóticos, de neuroses narcísicas e de idosos.

Assim, no histórico clínico do pequeno Hans – histórico paradigmático, referência obrigatória para todos os que atendem crianças –, Freud coloca os pingos nos is desde o começo. Esclarece que, embora tenha orientado “o plano de tratamento em seu conjunto” e até interferido pessoalmente uma vez, numa conversa com o menino, “... o tratamento foi levado a cabo pelo pai”. E acrescenta, para concluir, que “somente a reunião numa só pessoa da autoridade paterna com a médica, a conjugação do interesse afetivo com o científico, possibilitou, neste único caso, obter do método uma aplicação para a qual, em geral, ele não seria adequado” (Freud, 1909).

Não menos decididas são as palavras com as quais, no histórico clínico de uma jovem homossexual, ele se demora na enumeração detalhada da soma de “condições ideais” desejáveis para uma intervenção eficaz de nossa parte:

Para um médico que fosse empreender o tratamento psicanalítico da jovem, havia muitos fundamentos para desconfiança. A situação que devia tratar não era a que a análise exige, na qual somente ela pode demonstrar sua eficácia. Sabe-se bem que a situação ideal para a análise é a circunstância de alguém que, sob outros aspectos, é seu próprio senhor, e está no momento sofrendo de um conflito interno que é incapaz de resolver sozinho; assim, leva seu problema ao analista e lhe pede auxílio. (Freud, 1920a)

Em seguida, no mesmo texto, adverte sobre o destino que nos cabe, caso contrariemos sua advertência aceitando tratar um sujeito que não vier por si mesmo. Se são os pais que o trazem, exemplifica Freud, eles:

... esperam que curem seu filho nervoso e desobediente. Entendem por criança sadia a que nunca cause problemas aos pais e nada lhes dê senão prazer. O médico pode conseguir a cura da criança, mas, depois, ela faz o que quer com mais decisão ainda, e a insatisfação dos pais é bem maior que antes. Em suma, não é indiferente que alguém venha à psicanálise por sua própria vontade ou seja levado a ela; quando é ele próprio que deseja mudar, ou apenas os seus parentes, que o amam (ou se supõe que o amem). (Freud, 1920a)

Decididamente, para Freud, as crianças não fazem parte do conjunto de pacientes possuidores da soma de condições ideais para receber tratamento analítico, ou seja, os pacientes adultos e neuróticos subsumíveis ao modelo esperado.

Problemas da análise de crianças

Na experiência de todo psicanalista se apresentam, ineludivelmente, alguns perfis insuspeitados que não se encaixam no conhe-